

Carta política

Seminário 10 anos de Liberação dos Transgênicos no Brasil

21 a 24 de outubro de 2013 – Curitiba/PR

Nós, camponeses e camponesas, povos e comunidades tradicionais, consumidores, pesquisadores, técnicos e organizações da sociedade civil, provenientes de todo o Brasil e de diferentes países do mundo, igualmente impactados pelo avanço dos cultivos transgênicos e do modelo do agronegócio, estivemos reunidos em Curitiba, Paraná, Brasil, nos dias 21 a 24 de outubro de 2013, construindo coletivamente um balanço crítico dos dez anos transcorridos desde a legalização da soja transgênica no Brasil.

Os trabalhos iniciaram com um ato em memória de Walmir Mota de Oliveira, o “Keno”, militante do MST/Via Campesina, morto no dia 21 de outubro de 2007 pelo ataque de uma milícia armada à serviço da empresa Syngenta. Fatos como este demonstram a existência de resistência ao uso de transgênicos no Brasil, mesmo após uma década da liberação desta tecnologia. Através desta carta, denunciaremos a ação das empresas da área e a forma pouco criteriosa com que este tema vem sendo tratado, tanto pelo poder público como por uma parcela importante da comunidade científica, apresentando à sociedade um cenário enganoso que busca enaltecendo supostos benefícios dos cultivos transgênicos, mas que esconde um quadro extremamente preocupante marcado por uma situação de descontrole em relação aos efeitos destes produtos sobre a saúde, o meio ambiente e a economia. Este cenário tem afetado, não somente no Brasil, mas em diferentes partes do mundo, a vida humana e as bases ecológicas sobre as quais se assenta a produção de alimentos e matérias primas. Julgamos ser nossa responsabilidade alertar a sociedade para estes dez anos de promessas não cumpridas e para as implicações do avanço desta tecnologia. Se enganam aqueles que acreditam ou querem fazer crer que está é uma luta perdida

O Brasil cumpre um papel importante na geopolítica regional, dinamizando o mercado de transgênicos no Paraguai e Bolívia. A partir do Brasil, chegam a outros países da América do Sul novos organismos geneticamente modificados (OGMs), como o feijão e ainda o mosquito que supostamente controla a dengue. Além disso, o modelo do agronegócio vem sendo promovido por instituições brasileiras na África, sob o argumento de que servirá para aliviar o problema de fome e desnutrição neste continente.

O Brasil possui atualmente 37 organismos geneticamente modificados liberados comercialmente de quatro espécies diferentes de plantas (soja, algodão, milho e feijão), 1 mosquito, 14 vacinas de uso animal, além de duas leveduras que combinam tecnologia transgênica e biologia sintética¹, esta última ainda sem marco legal específico. Recentemente, milhões de mosquitos geneticamente modificados (*Aedis aegypt*) foram, e continuam sendo, liberados no ambiente no município de Juazeiro na Bahia, em um “experimento” a céu aberto envolvendo população humana, e cujos impactos não se pode dimensionar.

Estes dados indicam que os produtos transgênicos já estão fortemente presentes em nossos

¹ A biologia sintética é um novo domínio de investigação científica no qual se pretende modificar organismos existentes para a concepção de células/organismos básicos (incluindo genomas), ou ainda a identificação e utilização de partes biológicas e a construção de sistemas biológicos inteiramente ou parcialmente artificiais para uso nos seguintes sectores: biocombustíveis, antipoluentes, têxteis, cosméticos, instrumentos de diagnóstico e terapêutica, vacinas e componentes sintéticos de alimentos para consumo humano e animal.

campos e na nossa alimentação, sendo consumidos diretamente através de produtos de origem vegetal e derivados de animais via rações compostas por milho e soja transgênicos e vacinas de uso veterinário. A população brasileira consome, muitas vezes sem saber, produtos transgênicos em função do descumprimento da legislação brasileira de rotulagem. Os impactos desta tecnologia, comprovadamente associada a uma intensificação do uso de agrotóxicos, afetam também o equilíbrio dos ecossistemas naturais e dos agroecossistemas através da contaminação genética e da degradação do solo e da água. No mundo existem pesquisas denunciando os riscos dos transgênicos, no entanto, no Brasil essas pesquisas ainda não são em grande número. As pesquisas independentes, realizadas com grande esforço, são importantes para demonstrar que entre os riscos à saúde aos quais estamos expostos destacam-se – por exemplo – a má formação de fetos, o aumento de tumores e as disfunções celulares.

As afirmativas de ganhos de produtividade, de proteção ao ambiente, de benefícios para os agricultores, de aumento na oferta de alimentos, de segurança dos produtos e de seriedade no trato do tema se revelam crescentemente infundadas, em todos os casos. Em apenas 10 anos a agricultura brasileira mudou muito, e para pior. Surgiram insetos e plantas resistentes aos agrotóxicos dos pacotes transgênicos, colocando o Brasil na condição de maior consumidor de venenos agrícolas deste planeta. Como visto recentemente na explosão de pragas no algodão plantado na Bahia, as falhas da tecnologia geram mais demanda por agrotóxicos. Do ponto de vista econômico há uma relação direta entre o uso intensivo de transgênicos e a estagnação e (ou) diminuição da produtividade.

Todos esses impactos negativos que deveriam servir como um grande sinal de alerta estão na verdade sendo usados como justificativa para a liberação de transgênicos associados a agrotóxicos cada vez mais perigosos². A sangria em *royalties* decorrente do uso de sementes patenteadas só é superada pelos danos ao ambiente e à saúde da população. Ao mesmo tempo, cai a renda dos produtores e somem do mercado as sementes convencionais. Assim, pouco a pouco o Brasil perde a soberania sobre sua agricultura e os agricultores perdem sua autonomia tornando-se reféns das transnacionais do complexo agroalimentar.

Aqueles agricultores e agricultoras que estão comprometidos com a produção de alimentos saudáveis através de uma agricultura orgânica ou agroecológica encontram-se crescentemente cercados pelo avanço do agronegócio, concentração das terras e pelos impactos ambientais associados a esse processo, incluindo: erosão e contaminação genética, extermínio de polinizadores, contaminação do solo, da água e dos seres humanos por agrotóxicos, entre outros. Chama-se aqui atenção para o fato de que o direito das famílias agricultoras de produzir, processar e comercializar alimentos saudáveis tem sido sistematicamente violado pelo avanço do agronegócio, o que mostra que a convivência entre esses dois modelos de produção agrícola e apropriação da terra, da água e da biodiversidade é um ideal impossível de ser alcançado e, diga-se de passagem, não passa de uma estratégia discursiva das empresas. A fome do agronegócio por novas terras tem feito com que a fronteira agrícola avance sobre áreas naturais, unidades de conservação ambiental (incluindo as zonas de amortecimento) e territórios indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais. É preciso recordar ainda que a entrada de organismos da biologia sintética impulsiona ainda mais essa expansão das fronteiras agrícolas.

O Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS) não se reúne desde 2008, tendo seus ministros transferido para a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) o poder de decisões finais acerca da política de transgênicos no Brasil. Em função disso, inexitem avaliações de impactos

² No Brasil, a título de exemplo, o efeito de longo prazo do glifosato sobre a biota do solo pode ser muito devastador, dada a importância das bactérias fixadoras de nitrogênio nos sistemas de produção de soja. Para ler mais sobre o tema indica-se: <http://terradedireitos.org.br/biblioteca/uso-macico-de-glifosato-esta-afetando-raizes-das-plantas-rr-boletim-491/>.

econômicos, ambientais e sociais dos transgênicos, e os ministérios da Saúde e do Meio Ambiente, principais responsáveis pelo controle e prevenção de danos à população e à biodiversidade, permanecem omissos frente aos efeitos destas tecnologias. A CTNBio se recusou a ouvir a sociedade brasileira em relação à proposta de se liberar plantas transgênicas tolerantes ao herbicida 2,4-D – componente do chamado Agente Laranja. A luta contra a liberação de cultivos resistentes ao 2,4-D é uma luta internacional.

Reivindicamos alterações substantivas nos procedimentos utilizados para seleção dos membros da CTNBio de forma a incorporar critérios de transparência, isonomia e responsabilização, e que assegurem a inexistência de conflito de interesses. Recomendamos que os processos decisórios levados a termo na CTNBio assegurem participação ativa e direito de veto às instâncias políticas que defendem interesses difusos e coletivos de toda a sociedade, assim como reivindicamos audiências públicas para novos OGMs, como as plantas tolerantes ao 2,4-D e para avaliação dos resultados dos monitoramentos pós liberação comercial, após 5 anos de acompanhamento. Também reivindicamos que o CNBS se reúna regularmente, revisando as decisões da CTNBio e emitindo parecer sobre implicações econômicas e sociais dos OGMs liberados e em fase de liberação, consultando as comunidades envolvidas.

Ressaltamos que a CTNBio deve ter seu papel restritivo à instância de consulta e não como instância de deliberação. Entendemos ser necessária a criação de subcomissões encarregadas de avaliações de equidade econômica e socioambiental na CTNBio, destinadas a subsidiar decisões do CNBS e contando com influência equivalente a das subcomissões já estabelecidas (ambiental, vegetal, humana e animal).

Organismos transgênicos têm sido liberados no Brasil com base em estudos não publicados, testes inadequados, amostragens impróprias e obscuras. Normas e procedimentos adotados com relação aos transgênicos contrariam a biossegurança, o princípio da precaução e preceitos mínimos de natureza ética e moral. Em apenas 10 anos, alcançamos um patamar inaceitável de exposição da população brasileira, no campo e na cidade, aos efeitos comprovadamente danosos destas tecnologias. Não existem níveis seguros de utilização dos transgênicos e dos agrotóxicos. No plano internacional, uma série de evidências, bastante consolidadas, apontam nessa mesma direção. Assim repudiamos a inserção de transgênicos no país, sejam esses variáveis de origem animal e (ou) vegetal.

A transição para um novo modelo de agricultura e alimentação é hoje um imperativo. Trata-se de enfrentar graves problemas de saúde pública, de violação dos direitos humanos e da soberania alimentar dos povos do mundo. Os camponeses e camponesas são responsáveis por, aproximadamente, 70% dos alimentos consumidos no Brasil.

Iniciativas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) têm possibilitado o acesso a pessoas em situação de insegurança alimentar a alimentos oriundos da agricultura familiar e camponesa, produzidos, pelo menos em parte, por agricultores orgânicos e agroecológicos. Sendo assim, repudiamos a criminalização do programa e seus gestores, assim como incentivamos a sua necessária readequação e desburocratização.

A recente publicação pelo Governo Federal do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) representa um reconhecido avanço em termos de políticas públicas direcionadas ao processo de transição agroecológica em diálogo com a sociedade civil. É preciso exigir, no âmbito da PLANAPO e das demais políticas públicas para a agricultura familiar a exclusão de estímulos e outros incentivos que estejam ligados à utilização de transgênicos e agrotóxicos. O acesso a alimentos saudáveis e livres de contaminação por transgênicos e agrotóxicos é uma responsabilidade que precisa ser assumida, de forma cada vez mais incisiva, pelo poder público.

Para tal, é necessário efetivar ações de salvaguarda dos territórios camponeses e da diversidade genética reproduzida e conservada por essas populações. Está mais do que na hora de garantir áreas livres de transgênicos e de venenos.

Afirmamos aqui o Direito dos Agricultores ao Livre Uso da Biodiversidade, em contraposição à apropriação privada, como caminho indispensável para autonomia e fortalecimento econômico da produção camponesa e soberania alimentar. O estímulo à estruturação de redes de agricultores guardiões da agrobiodiversidade, sistemas locais e regionais de conservação, intercâmbio e melhoramento participativo de sementes crioulas/tradicionais e localmente adaptadas é essencial para a conservação da diversidade genética da agricultura brasileira. Torna-se, também, fundamental, o acesso dos agricultores, indígenas e povos e comunidades tradicionais às coleções *ex-situ*, particularmente às coleções públicas cuja curadoria encontra-se hoje sob responsabilidade da EMBRAPA.

Repudiamos as tentativas do Congresso Brasileiro de autorizar o emprego das tecnologias genéticas de restrição de uso (GURTs), conhecidas como tecnologias Terminator, por apresentarem riscos para a biodiversidade e a soberania alimentar e pela violação dos direitos dos povos tradicionais, camponeses e agricultores. A aprovação dessa tecnologia não apenas estaria mudando a lei nacional, com consequências inaceitáveis para os agricultores e a biodiversidade, mas, também, o Brasil estaria violando, unilateralmente, um acordo internacional das Nações Unidas e abrindo, assim, a porta para que outros países também sejam pressionados a liberar esta tecnologia.

Enfatizamos a necessidade de uma moratória à experimentação, uso comercial e liberação no ambiente de organismos vivos e produtos derivados da biologia sintética no mundo, bem como um debate social amplo e informado sobre seus impactos!

Exigimos o fim das pulverizações aéreas em toda a América Latina, assim como a proibição dos agrotóxicos que integram a lista dos pesticidas de alta toxicidade e aqueles incluídos no SAICM (*Strategic Approach International Chemical Management*) - nos países que ainda tenham o uso de alguns deles. Nesse sentido, é necessário que os governos considerem as recomendações do Informe IAASTD e de Olivier De Schutter, Relator Especial da ONU para o Direito Humano à Alimentação. Assim, deve-se assegurar a disponibilização de protocolo validado para níveis de detecção de contaminação inferior a 0,1% para qualquer OGM cultivado, testado ou importados pelo país.

Reafirmamos a rotulagem plena dos transgênicos para concretizar o direito de informação e escolha dos alimentos que consumimos. Exigimos, ainda, a participação efetiva da sociedade civil, mediante conhecimento prévio e informado, nas reuniões preparatórias, nas delegações oficiais e na normatização dos pactos e tratados internacionais, ressaltando o TIRFAA e a OIT 169, no Brasil. Bem como o envio de comunicados a relatores de DDHH, acerca dos OGMs, que constituem um atentado aos mesmos, exigindo, portanto, a reparação integral das vítimas, a restauração dos territórios afetados e o freio a sua expansão.

Manifestamos nossa solidariedade às organizações das Malvinas Argentinas, em Córdoba, que há mais de dois meses resistem à instalação de uma fábrica da Monsanto no local.

Por um Brasil ecológico, livre de transgênicos e sem agrotóxicos!

Curitiba, 24 de outubro de 2013.

Terra de Direitos

AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia

Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA/NM

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

GEA – Grupo de Estudos em Agrobiodiversidade

Via Campesina

ANA – Articulação Nacional de Agroecologia

RALLT – Rede por uma America Latina Livre de Transgênicos

Plataforma Dhesca Brasil – Relatoria do Direito à Terra, Território e Alimentação

HBS – Fundação Heinrich Boell

MMC - Movimento das Mulheres Camponesas

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

CPT - Comissão Pastoral da Terra

Articulação do Semiárido (ASA) – Brasil

CFN - Conselho Federal de Nutrição

AOPA – Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia

Assesoar - Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural

ABA - Associação Brasileira de Agroecologia

Rede Ecovida de Agroecologia

Centro Ecológico

SOF – Marcha Mundial das Mulheres

Coletivo Triunfo

Conselho de Segurança Alimentar (Consea)/PR

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos do Ministério Público do Paraná - CAOPJDH

Instituto de Defesa do Consumidor – IDEC

NESC - Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva - UFPR

Fundação Vida Para todos - ABAI

Rede de Sementes Crioulas do Semiárido

Comitê Mineiro da Campanha Permanente contra Agrotóxicos

Esplar

INGA - Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

AGAPAN - Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural

AGABIO – Tenente Portela

Articulação Paulista de Agroecologia
Slow food São Paulo
MUDA – Movimento Urbano de Agroecologia
TWN Network
Sobrevivência – Amigos de La Tierra Paraguay
ETC Group
Fundação Sociedade Sustentável – Chile
Action Ecológica
Action Aid
Pare de Fumigar – Santa Fé Argentina
Rede de Justiça Ambiental – Córdoba/AR
Rede de Sementes Nativas e Crioulas – Uruguai
Redes - Amigos da Terra – Uruguai
Assembléia Socioambiental da Província de Córdoba
PAN – Pesticide Action Network
Collectif dès Faucheurs Volontaires d’OGM
MAELA – Movimento Agroecológico Latinoamericano